autuado por cintiacarrer em 24/08/2026 14:22:00.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 666/2026

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.
- Decreto-Lei nº 6.259, de 10 de fevereiro de 1944 – Dispõe sobre o serviço de loterias e dá outras providências.
- Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967 – Dispõe sobre a exploração de loterias e dá outras providências.
- Observação: sofreu revogações parciais, inclusive pelas Leis nº 13.756/2018 e nº 14.790/2023, mas não se encontra totalmente revogado.
- Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor (CDC) – Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.
- Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde – Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde e sobre a organização e funcionamento dos serviços correspondentes, estruturando o Sistema Único de Saúde – SUS.
- Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 – Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde.
- Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.
- Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Lei Federal nº 9.613, de 3 de março de 1998 – Dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, estabelece medidas de prevenção à utilização do sistema financeiro para ilícitos e disciplina o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF.

Matéria DSP 12696/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 24/08/2026 e juntado ao PL 666/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=757780.

autuado por cintiacarrer em 24/08/2026 14:22:00.

- Lei Federal nº 10.216, de 6 de abril de 2001 – Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

- Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto da Pessoa Idosa – Dispõe sobre os direitos da pessoa idosa e dá outras providências.

- Lei Federal nº 12.965, de 23 de abril de 2014 – Marco Civil da Internet – Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.

- Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017 – Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da Administração Pública.

- Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Dispõe sobre o tratamento e a proteção de dados pessoais.

- Lei Federal nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 – Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias e sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, entre outras providências.

- Lei Federal nº 13.819, de 26 de abril de 2019 – Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio.

- Lei Federal nº 14.181, de 1º de julho de 2021 – Lei do Superendividamento – Altera o Código de Defesa do Consumidor e o Estatuto da Pessoa Idosa para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e estabelecer medidas de prevenção e tratamento do superendividamento.

- Lei Federal nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023 – Dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; altera, entre outras normas, a Lei nº 13.756/2018; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 204/1967; e dá outras providências.

- Portaria Interministerial MF/MS/MESP/SECOM nº 37, de 6 de dezembro de 2024 – Institui o Grupo de Trabalho Interministerial de Saúde Mental e de Prevenção e Redução de Danos do Jogo Problemático, destinado à formulação e ao planejamento de ações de prevenção, redução de danos e assistência às pessoas em situação de comportamento de jogo problemático ou vulneráveis ao problema.

- Constituição do Estado de São Paulo, de 5 de outubro de 1989.

- Lei Complementar Estadual nº 791, de 9 de março de 1995 – Código de Saúde do Estado de São Paulo.

- Lei Estadual nº 12.060, de 26 de setembro de 2005 – Dispõe sobre a substituição por ações de saúde mental do procedimento de internação hospitalar psiquiátrica no Sistema Único de Saúde do Estado de São Paulo.

Matéria DSP 12696/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 24/08/2026 e juntado ao PL 666/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=757780.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

- Decreto Estadual nº 54.715, de 13 de agosto de 2009 – Regulamenta a Lei Estadual nº 12.060/2005.

- Lei Estadual nº 18.186, de 22 de agosto de 2025 – Institui o Programa Estadual de Conscientização e Tratamento aos Malefícios dos Jogos de Apostas Online e Cassinos Físicos no Estado de São Paulo, com o objetivo de prevenir a dependência e os impactos negativos associados aos jogos de azar e estabelecer medidas de encaminhamento para tratamento.

- Lei Municipal nº 10.205, de 4 de dezembro de 1986 – Disciplina a expedição de licença de funcionamento e contém disposições relacionadas a estabelecimentos e atividades sujeitos à fiscalização municipal.

- Observação: a lei sofreu diversas alterações posteriores, mas não foi identificada como totalmente revogada.

- Lei Orgânica do Município de São Paulo, de 4 de abril de 1990.

- Lei Municipal nº 13.271, de 4 de janeiro de 2002 – Dispõe sobre a descentralização das ações e serviços de saúde no Município de São Paulo, com a criação de entidades autárquicas hospitalares de regime especial.

- Lei Municipal nº 13.284, de 9 de janeiro de 2002 – Dispõe sobre o exercício da fiscalização dos órgãos e serviços públicos municipais por entidades da sociedade civil e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 13.381, de 25 de junho de 2002 – Dispõe sobre a publicidade dos contratos firmados pelo Poder Público Municipal na rede de computadores Internet.

- Lei Municipal nº 13.537, de 19 de março de 2003 – Acrescenta § 3º ao art. 6º da Lei nº 10.205/1986, posteriormente alterado, tratando de aspectos relacionados à concessão de licença de funcionamento.

- Lei Municipal nº 14.223, de 26 de setembro de 2006 – Lei Cidade Limpa – Dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo.

- Lei Municipal nº 14.469, de 5 de julho de 2007 – Dispõe sobre a divulgação pela Internet dos convênios e instrumentos congêneres com repasse de recursos públicos firmados com entidades credenciadas, conveniadas ou parceiras.

- Resolução SMS/CMS nº 6, de 12 de junho de 2013 – Trata da ampliação da implantação dos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS III no Município de São Paulo, destinados ao atendimento de pessoas com transtornos mentais e dependência de álcool e outras drogas.

- Nota Técnica SMS nº 1, de 23 de junho de 2022 – Estabelece orientações e fluxos relativos ao cuidado e acolhimento em saúde mental e às internações voluntárias,

Matéria DSP 12696/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 24/08/2026 e juntado ao PL 666/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=757780.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

involuntárias e compulsórias, inclusive em situações envolvendo uso nocivo de álcool e outras drogas.

- Lei Municipal nº 17.979, de 20 de julho de 2023 – Dispõe sobre a criação e implantação do Programa de Educação Financeira e Empreendedorismo no Município de São Paulo.

- Decreto Municipal nº 63.135, de 24 de janeiro de 2024 – Regulamenta, no Município de São Paulo, a Lei Federal nº 13.935/2019, dispondo sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica.

- Lei Municipal nº 18.172, de 25 de julho de 2024 – Dispõe sobre a criação do serviço público de loteria no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 605/2026 Dispõe sobre a vedação da veiculação de publicidade de plataformas de apostas de quota fixa (bets) em bens públicos e espaços públicos do Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL nº 476/2026 – Institui o Programa Municipal de Identificação, Acolhimento e Tratamento da Ludopatia no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL nº 381/2026 – Institui a Semana Municipal de Conscientização sobre os Riscos das Apostas Eletrônicas (Bets), e dá outras providências.

PL nº 380/2026 – Estabelece diretrizes de conscientização sobre os riscos associados às apostas eletrônicas (Bets) no âmbito do Município e dá outras providências.

PL nº 224/2026 – Institui o Programa Municipal de Proteção Digital de Crianças e Adolescentes e dá outras providências.

PL nº 1.069/2025 – Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Fiscalização e Prevenção aos Danos Causados por Casas de Apostas Online e estabelece medidas de restrição de acesso a menores de idade no âmbito do Município de São Paulo.

PL nº 1.061/2025 – Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Fiscalização e Prevenção aos Danos Causados por Casas de Apostas Online e estabelece medidas de restrição de acesso a menores de idade no âmbito do Município de São Paulo.

PL nº 902/2025 – Veda a divulgação ou a exibição de propagandas de casas ou aplicativos de apostas (bets) em equipamentos públicos municipais.

PL nº 636/2025 – Institui na Cidade de São Paulo a Semana de Combate ao Vício em Apostas Esportivas e Jogos de Azar, a ser realizada na segunda semana do mês de janeiro.

PL nº 576/2025 – Dispõe sobre a criação do Programa de Conscientização e Prevenção aos Riscos dos Jogos de Apostas Online nas Escolas.

Matéria DSP 12696/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 24/08/2026 e juntado ao PL 666/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=757780.

autuado por cintiacarrer em 24/08/2026 14:22:00.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
PROCURADORIA

PL nº 575/2025 – Dispõe sobre a criação do Programa de Conscientização e Prevenção aos Riscos dos Jogos de Apostas Online para Idosos.

PL nº 564/2025 – Dispõe sobre a proibição de propaganda de apostas (Bets) e de bebidas alcoólicas em equipamentos destinados à prática esportiva, cultural e de lazer por crianças e adolescentes, bem como no entorno de estabelecimentos educacionais e em abrigos de pontos de ônibus, estações de embarque e desembarque, e dá outras providências.

PL nº 560/2025 – Dispõe sobre a proibição de publicidade de empresas de apostas esportivas e jogos de azar online em eventos esportivos no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL nº 553/2025 – Dispõe sobre a proibição da veiculação de publicidade de apostas esportivas e de jogos online em espaços públicos e promove campanhas educativas de conscientização sobre os riscos e dá outras providências.

PL nº 114/2025 – Estabelece vedações às parcerias firmadas pela Prefeitura Municipal que envolvam a participação de agentes operadores de apostas e dá outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 24 de agosto de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068

Matéria DSP 12696/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 24/08/2026 e juntado ao PL 666/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=757780.